

## ANTIGOS E MODERNOS: PROGRESSISMO E REAÇÃO TRADICIONALISTA NO CEARÁ PROVINCIAL

A partir de 1850, o Brasil passa a viver um momento de intensa luta ideológica entre as concepções de mudança social, principalmente entre o que é “novo” e “velho” em política. O Ceará não deixa de viver essa refrega, que se torna visível entre o tradicionalismo do clero e do laicato católico e o progressivismo maçônico da juventude iluminista da província. Desvendar o significado das discussões travadas entre essas partes, explicitar as idéias defendidas e sua base filosófica e interpretar seus desdobramentos ideológicos e práticos no Ceará Provincial foram algumas das tarefas a que se propôs a professora Celeste Cordeiro. A autora partiu da análise de documentos jornalísticos da segunda metade do século XIX que registram o confronto das idéias políticas da época. A obra deriva de sua tese de doutoramento em Sociologia, concluída em 1997 na Universidade Federal do Ceará.

A autora optou por uma exposição bem delimitada em sete capítulos razoavelmente longos e um capítulo breve para considerações finais. No primeiro capítulo, a autora introduz o escopo teórico do seu trabalho, definindo-o como um estudo do imaginário coletivo da política ou melhor, da aferição social de sentido de idéias como República, Progresso, Liberdade, Igualdade, Povo e outros verbetes comumente utilizados naquele período. A autora revisa sumariamente autores que se dedicaram à teorização do universo simbólico, citando Halbwachs, Merleau-Ponty, Marc

DE CELESTE CORDEIRO

ANTIGOS E MODERNOS: PROGRESSISMO E REAÇÃO TRADICIONALISTA NO CEARÁ PROVINCIAL.  
EDITORA ANNABLUME, 1997, 299P.

POR IDILVA GERMANO

PROFESSORA ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA UFC E DOUTORANDA EM SOCIOLOGIA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UFC.

Bloch, Berger e Luckmann, Castoriadis, Raoul Girardet e outros. Esses autores orientam o trabalho de análise das crenças e valores progressistas que começam a se forjar e das reações do pensamento conservador, obrigado a se redefinir no calor do embate entre os atores sociais. A análise se valeu principalmente dos jornais *O Cearense* (liberal), *Fraternidade* (maçom), *Pedro II* (conservador), *Constituição* (conservador) e *Tribuna Católica* (católico). Recorreu também à obra do principal expoente do pensamento católico cearense, Manoel Soares da Silva Bezerra e do progressista Rocha Lima. Inspirada numa lacuna assinalada por Djacir Menezes sobre a insuficiência de estudos sobre as “refregas intelectuais do passado”, a autora se propõe a acompanhar a luta de construção do imaginário político do período, as utopias e os medos diante do futuro que se modernizava e que anunciava a Abolição e a República.

No capítulo II, Celeste Cordeiro elabora uma síntese do contexto econômico e político do Brasil da segunda metade do século XIX, bem como das principais idéias do debate nacional: positivismo, evolucionismo, cientifismo, anti-romantismo, Questão Militar, Questão Religiosa, escravidão e abolicionismo. O quadro delineado contextualiza os debates ideológicos nos primórdios do capitalismo no Brasil, com a ascensão das camadas médias da população brasileira e com a nova configuração de forças que se esboçava. No capítulo

seguinte, a autora se concentra no panorama sucinto da história do Ceará em seus aspectos econômicos, políticos e intelectuais: falta de autonomia provincial, mandonismo local, corrupção eleitoral, aparato policial a serviço dos coronéis, “derrubada”, cangaceirismo, perseguição dos adversários políticos, política personalista. Por outro lado, Fortaleza de 1872 foi palco de um expressivo movimento filosófico-literário, a *Academia Francesa*, que congregou espíritos independentes e cultos apesar de jovens. Ligados às novas idéias que agitavam a Europa, eles foram responsáveis pela introdução e debate dos novos ideais políticos e filosóficos no norte do país. Seus membros, Tomás Pompeu Filho, Xilderico de Faria, Rocha Lima e outros realizavam, além de reuniões íntimas, conferências públicas e aulas de educação popular (*Escola Popular*) onde veiculavam os ensinamentos de Comte, Darwin, Buckle, Taine. Estavam ligados ao jornal maçônico *Fraternidade* onde expunham exaltadamente suas teorias, principalmente contra o clero e pensadores católicos. As Conferências urdiram reação contrária similar por parte da Igreja e leigos católicos, que se apressaram em rebater as acusações em órgão próprio, a *Tribuna Católica*. O confronto girava em torno especialmente da secularização do Estado, seguindo-se do problema da instrução pública.

No capítulo IV, a autora discute as matrizes filosóficas das idéias políticas em confronto entre antigos e modernos no Ceará. Ele serve para elucidar os significados mais íntimos de alguns rótulos da ciência política, usados ontem e hoje para definir facções. Particularmente interessante a explicação sobre o conservadorismo, sempre preso à defesa do *status quo* e contra quaisquer perigos que venham a ameaçar uma nova ordem estabelecida. A citação de Bresser Pereira quanto a isso à página 115 é esclarecedora. A partir de uma revisão da literatura pertinente, a autora utilizará os conceitos de liberalismo, conservadorismo e tradicionalismo político para compreender os discursos dos editoriais selecionados. A análise propriamente dita só é apresentada a partir do quinto capítulo, onde são interpretados os discursos da imprensa li-

beral entre 1847 e 1865, especialmente, o jornal *O Cearense*. Verifica-se que nesse período prevaleceu uma atitude reformista, de legalidade e repúdio às ações revolucionárias. Na década de 40, ratificou-se o apoio ao sistema monárquico; não seria a forma de governo o vilão dos males brasileiros, mas a própria sociedade viciosa que produz as instituições. Contudo, na passagem para os anos 50, a idéia republicana emerge, tímida e sem conotações revolucionárias, como forma de pressionar as reformas em direção a um governo representativo. As interpretações mudam: se os costumes estão pervertidos, isso se deve em parte aos defeitos das instituições. O tema do que reformar primeiro – as leis ou os costumes – volta e meia reaparece ao longo de todo o período em questão. O jornal liberal frisa a necessidade “imperiosa e evidente” de uma Assembléia Constituinte, como instrumento de reformas pacíficas e ordeiras a fazer face aos perigos de uma insurreição armada popular. Para os editoriais, a Monarquia deveria tomar às mãos essa tarefa para salvar a nação e a si própria. Em 1851, a idéia republicana começa a crescer enquanto decresce o apoio ao sistema monárquico. “A palavra República já não espanta”, título do editorial de 27.05.1851, é indicador dos deslocamentos de sentido que sofre esse significante. Associada a “resultados práticos”, “modernidade”, “evolução” e “progresso”, a República vai lentamente perdendo seu tom ameaçador para inscrever-se como promessa de salvação do Brasil. A idéia de violência vai se legitimizando: tal como ao indivíduo, à nação deve-se permitir o direito de opor-se às injustiças. Às vezes, a República é utilizada como “argumento intimidatório” para forçar a Constituinte e evitar os perigos das transformações radicais.

De 1865 a 1870, vislumbra-se que o liberalismo já se tornara um valor político, defendido inclusive por membros do Partido Conservador, que lhe atribuíam facetas peculiares. A liberdade do conservador estava limitada pelo dogma da obediência à autoridade legalmente constituída, portanto, longe dos imperativos abstratos e “ilusórios” das vertentes progressistas. Eleições livres e centraliza-

ção política e administrativa são os principais temas enfrentados pelos debatedores.

No capítulo VI, a autora aborda o confronto de idéias políticas nos jornais liberais e conservadores, maçons e católicos do Ceará no período de 1865 a 1889. É o capítulo mais extenso e mais difícil de sintetizar, principalmente porque a exposição dos trechos selecionados, além de seguir a produção jornalística ano a ano (como no capítulo anterior), reproduz os ataques e respostas dos diferentes órgãos de informação. Esse momento é marcado pelo acirramento da luta abolicionista e da propaganda republicana. Esse caminho é marcado pela complexa defesa do cativo pela ala conservadora, com base em argumentos pragmáticos como o direito à propriedade, o respeito à ordem estabelecida pela tradição, o razoável bem-estar desfrutado pelos escravos brasileiros (?) e finalmente, a incerteza do que o futuro reservaria ao país de outro modo. Com efeito, no Brasil, o medo de mudar e de enfrentar o novo deita raízes no passado distante. O enfrentamento sempre foi cauteloso, conciliatório, com garantias para os donos do poder. Para os conservadores, a abolição lenta e gradual deveria ser adiada para os anos 20 deste século. Nesse espírito, a Lei do Ventre Livre (1871) é saudada como exemplo de reforma pacífica e prudente. O ano de 1874 é o do encontro histórico entre o tradicionalista Silva Bezerra e os rapazes da Academia Francesa. O encontro é marcado pela luta entre liberais maçons ou não e os ultramontanistas. É o ano da Questão Religiosa no país e que transparece nos jornais *Fraternidade* e *Tribuna Católica*. Católicos são acusados de mercenarismo, obscurantismo, intolerância. As pugnas também se dão em torno da *Escola Popular*, apelidada de “Escola de Impiedade”. Os republicanos lutam pela separação entre Igreja e Estado e falam no sentido libertário que deve ter a instrução pública. No que se refere à eleição direta, conservadores defendiam mudanças lentas e seguras, baseados no velho argumento da adequação às circunstâncias nacionais.

Em 1884, o Partido Liberal divide-se em relação à abolição: a ala moderada se preocu-

pa com a questão da propriedade e ironiza os radicais que “não têm nada a perder” e que ameaçam a “mercadoria alheia”. Já em 1888, é interessante notar como todos os partidos disputam a bandeira do abolicionismo, uma vez que a causa não tem mais volta. Novamente, o 13 de maio é saudado pelo seu caráter pacífico e consensual. Após a Proclamação da República, ocorrida também sem abalos, inicia-se o confronto entre os que prepararam a República e os adesistas de segunda hora, como são acusados os liberais d’*O Cearense*.

No capítulo VII, a autora apresenta os princípios do pensamento cristão no Ceará a partir do tradicionalismo de Silva Bezerra e do progressismo de Rocha Lima. A análise de *Os Dogmas Políticos do Cristão* (1864) mostra os alicerces do conservadorismo católico: a estreita relação entre política e religião, a obediência à autoridade como dever moral, a origem divina do poder público, o poder como direito natural independente do consentimento dos homens. O tom de Silva Bezerra é de lamento pela inversão desses valores e de apelo à moralização e ao retorno à Verdade revelada pela Igreja. Diametralmente oposto às posições de Silva Bezerra está Rocha Lima, representando os ideais modernizantes do racionalismo, evolucionismo, da valorização da Ciência, da democracia, do pluralismo e da tolerância. A autora assinala o caráter emblemático de ambos os discursos, como extremos ideológicos do final do século XIX em resposta à crise de idéias que a modernidade trouxe ao Brasil e ao Ceará Provincial. Apesar de antagonísticos, os dois tentam dar conta do vazio deixado pelo declínio da autoridade eclesial, da incompetência dos políticos, e dos equívocos da centralização administrativa.

Num esforço mais consistente de teorização, a autora conclui que esse “momento nervoso do passado” caracterizou-se por uma “crise de referências”, mediante a qual passou-se a elaborar novas respostas às questões de identidade nacional. Foi um momento de transformações sofisticadas no imaginário político, e não apenas a substituição de um sistema de governo. O Ceará tomou parte ativa nesse intenso movimento de idéias, como

se pode ver na atuação da Imprensa no último quartel do século. Como foi intenção confessa da autora, sua análise do passado consegue iluminar problemas contemporâneos da política brasileira, a qual se assentou basicamente num modelo de modernização conservador.

A questionar do livro de Celeste Cordeiro poucas coisas. Em primeiro lugar, a obra é extensa, provavelmente uma reprodução do texto submetido à banca examinadora e portanto cansativa para o leitor comum. Também apresenta muitas repetições no conteúdo e muitas citações ilustrativas de idêntico teor que, justificáveis na tese, tornam-se impróprias para

o consumo mais geral. Senti falta de mais referências contextuais sobre o "Zé-Povinho" no período estudado; o fio condutor da análise permaneceu concentrado no discurso das elites. Embora essa linha de trabalho tenha sido intencional, algumas referências sobre a vida do homem comum não teriam feito mal. A autora também poderia ter explorado mais as fontes alternativas, como ensaiou ao recorrer a Machado de Assis e Oliveira Paiva. De resto, seu texto elegante, de leitura fácil, não se resente dos defeitos comuns de dissertações acadêmicas, marcadas pelo estilo impenetrável e prolixo.